

Migração de Retorno: O Caso Recente das Migrações Cearenses

RESUMO

As mudanças no processo migratório nacional, evidenciado a partir do período 1981-1991, estão estreitamente relacionadas com a desconcentração relativa da atividade industrial no fim dos anos 1970, sugerindo uma defasagem entre os deslocamentos das atividades econômicas e os deslocamentos de população. A partir de informações do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este artigo analisa o recente processo de migração de retorno para o Ceará, que, de área de expulsão de população, vem-se configurando como área de rotatividade migratória. Busca apresentar evidências empíricas mediante a análise dos movimentos migratórios interestaduais, áreas de rotatividade migratória, áreas de retenção migratória e áreas de perdas migratórias. Ênfase é dada às migrações cearenses dentro do contexto nacional e regional do volume total de retornados.

PALAVRAS-CHAVE

Migração Interna. Migração Cearense. Retorno.

Silvana Nunes de Queiroz

- Professora Assistente do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (Urca).
- Doutoranda em Demografia pelo Núcleo de Estudos de População (Nepo)/ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
- Pesquisadora do Observatório das Migrações – Nepo/Unicamp
- Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

Rosana Baeninger

- Professora do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)/Unicamp.
- Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População/Nepo/Unicamp.
- Coordenadora do Projeto Observatório das Migrações – Nepo/Unicamp.

1 – INTRODUÇÃO

O texto busca compreender as migrações recentes no Brasil, enfatizando a tendência de migração de retorno para o Ceará. O estudo compara as informações sobre os movimentos migratórios para todos os estados no período 1995-2000, 1999-2004, 2001-2006 e 2003-2008, com base no Censo Demográfico de 2000 e nas PNADs 2004, 2006 e 2008, respectivamente.

O deslanchar dos processos migratórios recentes tem suas raízes de transformações desde os anos 1980, quando as clássicas interpretações da migração viam o desempenho econômico das áreas alcançarem seus limites. No item 1, busca-se recapitular as tendências gerais da migração nos anos 1980 e 1990 a fim de que se possa acompanhar, no longo prazo, a manifestação das migrações internas no Brasil e sua configuração atual.

Os itens 2 e 3 pretendem apresentar os movimentos migratórios contemporâneos, em particular aqueles referentes aos períodos 2001-2006 e 2003-2008, que, imersos em um novo contexto socioeconômico e urbano, imprimem espaços da migração marcados por diferente “condição migratória”: áreas de retenção de população, áreas de perdas migratórias e áreas de rotatividade migratória.

O item 4 trata, especificamente, das recentes trocas migratórias positivas do Estado do Ceará com as demais Unidades Federativas (UFs), destacando, no item 5, a recente tendência de migração de retorno para esse estado, que, no bojo das transformações econômicas, políticas, institucionais e sociais, a partir dos anos 1980 e 1990, aumentou a incidência de fluxos populacionais em sua direção, com destaque para o volume de retornados.

2 – BREVE RETROSPECTO: AS TENDÊNCIAS A PARTIR DOS ANOS 80

As mudanças no processo migratório nacional tiveram, a partir dos anos 70, o deslanchar de suas transformações. No contexto dos deslocamentos interestaduais, apesar da centralidade migratória no Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro foram os dois

estados dessa região que já haviam assistido a uma redução em seus volumes de imigrantes dos anos 70 para os 80 do século XX. (BAENINGER, 1999). O Sudeste, que chegava a ter um movimento migratório que envolvia quase 5 milhões de pessoas nos anos 70, diminuiu este volume para 4,3 milhões no período 1981-1991.

Na Região Centro-Oeste, o Estado do Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal também diminuíram seus volumes de imigrantes entre esses dois períodos. O Mato Grosso do Sul demonstrava sinais do “fechamento de sua fronteira” (MARTINE, 1994) e o Distrito Federal iniciava, no período 1981-1991, seu processo de expansão metropolitana atingindo os municípios do Estado de Goiás, com significativos fluxos migratórios para seu entorno.

Ao longo dos últimos cinquenta anos do século XX, as migrações internas reorganizaram a população no território nacional, onde as vertentes da industrialização e das fronteiras agrícolas constituíram os eixos da dinâmica da distribuição espacial da população no âmbito interestadual, muito embora a primeira vertente detivesse os fluxos mais volumosos. Nesse sentido, as análises a respeito do processo de distribuição espacial da população, nos anos 1970¹ e até mesmo durante a década de 1980, estiveram baseadas e preocupadas em apontar o crescente e intenso movimento de concentração: da migração, com a predominância do fluxo para o Sudeste; do processo de urbanização, com a enorme transferência de população do campo para a cidade, cerca de 15,6 milhões deixaram as áreas rurais nesse período (MARTINE, 1994); e a concentração da população, manifestada no processo de metropolização.

De fato, essas características representaram e compuseram a sociedade urbano-industrial brasileira (FARIA, 1991), com a concentração tanto de atividades econômicas quanto populacional. É revelador nesse processo, no entanto, que os efeitos da desconcentração relativa das atividades econômicas,² iniciados no decorrer dos anos 1970, não tivesse tido reflexos imediatos nos deslocamentos populacionais

1 Veja-se a importante contribuição de Martine (1987).

2 Veja-se Negri (1996); Diniz (1995); Cano (1996) e Pacheco (1998).

captados pelo censo demográfico de 1980; somente no período 1981-1991 é que esse processo tornou-se mais evidente, sugerindo uma defasagem entre os deslocamentos das atividades econômicas e os deslocamentos de população.³

No entanto, além das “trajetórias dominantes”,⁴ fenômenos de suma importância para a dinâmica da mobilidade espacial da população já emergiam naquele período. Um deles referia-se ao refluxo de mineiros para seu estado já nos anos 1970,⁵ apontando o incipiente processo de reversão emigratória da área; cerca de 35,6% dos imigrantes para o Estado de Minas Gerais eram de retorno naquele período. O processo de desconcentração das atividades econômicas que marcava o período 1970-1980 beneficiou Minas Gerais, podendo já ter contribuído, nesse período, para a absorção de sua população natural, bem como para atração e, inclusive, refluxo de população.

Outro aspecto a considerar refere-se aos possíveis destinos migratórios nos anos 1970. Martine e Carvalho (1989) sintetizam os deslocamentos populacionais, desse período, destacando a ocorrência do aumento no número de estados expulsos de população e a redução nos receptores. Na verdade, das vinte e seis UFs existentes em 1980,⁶ onze haviam registrado trocas migratórias positivas com outros estados, das quais cinco estavam no Norte, indicando que, entre 1970-1980, essa fronteira foi capaz de aumentar o número de estados absorvedores de população no país; no cômputo geral, havia, nos anos 1970, mais estados “perdedores” que “ganhadores” de população.⁷ Essa situação inverteu-se na década seguinte, com os anos 1980 entrando na história migratória recente do país com o maior número de “espaços ganhadores” nas migrações interestaduais, mesmo tendo o Rio de Janeiro registrado perdas populacionais. Dentre as 27 UFs existentes em 1991, 14 registraram trocas migratórias positivas no período

1981-1991, destacando-se, além dos estados do Norte (à exceção do Acre), o saldo positivo do Estado de Sergipe (no Nordeste), do Espírito Santo (no Sudeste) e de Goiás (no Centro-Oeste).

De fato, de uma para outra década, ocorreram significativas mudanças econômicas que tiveram rebatimentos sobre os movimentos migratórios. Ao lado do processo de esgotamento das fronteiras agrícolas, o país conviveu com o importante processo de desconcentração relativa da indústria, que implicou a alteração da distribuição das atividades econômicas, em particular as industriais. (PACHECO, 1998). Para esse período, pode-se concluir que essa desconcentração relativa da indústria propiciou também fluxos migratórios nessas direções, bem como reteve uma população que potencialmente migraria dessas áreas.

Foi particularmente importante, no período 1981-1991, o movimento de retorno aos estados de nascimento, os quais também contribuíram para a elevação no número de estados ganhadores. Nos anos 1970, o movimento de retorno aos estados de nascimento representava apenas 11,0% do total da migração nacional, proporção que chegou a dobrar no período 1981-1991, alcançando 24,5% do total; passou-se de um volume anual de retorno de 105.482 pessoas no período 1970-1980 para 259.582 entre 1981-1991.

Assim, os anos 1980 já indicavam a expansão dos espaços da migração,⁸ tendência que se viu confirmada nos anos 1990, particularmente quando se consideram os movimentos intrarregionais e os inter-regionais separadamente.

Na continuidade das mudanças nos movimentos migratórios, as tendências na migração interna no Brasil, nos anos 1990, apontaram:

1) os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se consideravelmente, em particular, aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas;

2) mantiveram-se, como área de absorção de fluxos de longa distância, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste;

3 Negri (1996) aponta essa possível defasagem entre dinâmica econômica e dinâmica migratória em seu estudo a respeito do processo de desconcentração da indústria no país.

4 Veja-se Brito (1997).

5 Brito (1997) indica essa tendência para os anos 70.

6 Tocantins ainda fazia parte de Goiás.

7 Eram 15 estados perdedores de população contra 11 ganhadores.

8 Veja-se Baeninger (1999).

3) houve a recuperação migratória no âmbito intrarregional de “espaços perdedores” no âmbito nacional, especialmente os estados nordestinos;

4) houve o surgimento e consolidação de polos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intrarregional, com a maior parte dos estados tornando-se “ganhadores” de população – mesmo que estes ganhos estejam circunscritos a contextos regionais específicos.

A análise dos movimentos migratórios em anos recentes – anos 2000, como se procederá a seguir – indica o reforço da tendência de configuração de novos espaços da migração, agora, no entanto, muito mais relacionados ao âmbito de suas próprias regiões.

3 – MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERESTADUAIS: 1995-2000, 1999-2004, 2001-2006 E 2003-2008

Quando se consideram os movimentos migratórios interestaduais⁹ e suas trocas migratórias, pode-se verificar, do período 1995-2000 para 1999-2004, a manutenção no número de estados ganhadores de população: 17 estados entre 1995-2000 e entre 1999-2004. Contudo, entre 2001-2006 e 2003-2008, foram, respectivamente, 12 e 13 os estados com ganhos migratórios, refletindo a situação de trocas migratórias negativas dos estados da região Norte, as oscilações nas tendências da migração de alguns estados da região Nordeste e a nova posição de São Paulo e Rio de Janeiro no cenário de perdas migratórias no contexto das migrações internas no Brasil, ainda que a PNAD 2008 aponte para o decréscimo do saldo migratório negativo do Estado de São Paulo e trocas positivas para o Estado do Rio de Janeiro. Ou seja, no início do século XXI, as migrações internas tornaram-se ainda mais complexas, sem a definição – que anteriormente poderia se visualizar – dos rumos da migração no país, considerando o comportamento verificado em décadas ou quinquênios anteriores.

A partir do fim do século passado, as interpretações das migrações calcadas no processo de industrialização (SINGER, 1973; CANO, 1977) se

redefiniram, em função da dinâmica da reestruturação produtiva vivenciada no país. (CANO, 2011). A incapacidade de absorção de fluxos migratórios pelas áreas industriais (São Paulo e Rio de Janeiro, em especial) revelou, no século XXI, o deslocamento da explicação das migrações pautadas apenas na relação migração-industrialização, migração-fronteira agrícola, migração-desconcentração industrial, migração-emprego e migração-mobilidade social, vertentes que compuseram os processos de redistribuição da população e das migrações internas no âmbito nacional nos últimos 60 anos.

Considera-se que o contexto atual da economia e da reestruturação produtiva, em anos recentes, induziu um novo dinamismo às migrações no Brasil, cujos fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, reemigração, outras etapas migratórias, em que as migrações assumem um caráter mais reversível (DOMENACH; PICOUE, 1990) do que nas explicações em que nos pautávamos até o fim do século XX. Essa reversibilidade diz respeito tanto às áreas de origem com a um crescente vai-e-vem, como às de destino, com o incremento da migração de retorno.

É nesse contexto que a migração interestadual, para o conjunto do país, continuou exibindo decréscimos em seus volumes, que passou de 5,2 milhões entre 1995-2000 para 4,6 milhões entre 1999-2004 e 4,4 milhões de 2001-2006 e 3,3 milhões entre 2003-2008. (Tabelas 1 e 2). Esse decréscimo, contudo, não implica uma tendência à estagnação das migrações; ao contrário, denota outros arranjos da própria migração interna, bem como seus atuais desdobramentos, com novas modalidades de deslocamentos populacionais em âmbitos locais e regionais.

Para o entendimento deste novo cenário das migrações no país é necessário que se observem as tendências atuais da região Nordeste. Com uma tendência que se delinea desde os últimos vinte anos, a região Nordeste continuou o decréscimo, em seus saldos migratórios negativos, de 763 mil pessoas entre 1995-2000 para 86 mil pessoas entre 1999-2004, alcançando 53 mil e 168 mil pessoas, respectivamente, entre 2001-2006 e 2003-2008, o que indica a força da migração de retorno na composição de sua imigração. Esta nova face e nova fase da imigração

⁹ Incluem os intrarregionais e os inter-regionais.

Tabela 1 – Volumes de Imigração, Emigração e Trocas Migratórias por Regiões e Unidades da Federação – Brasil, 1995/2000 e 1999/2004

Regiões e UFs	1995/2000			1999/2004		
	I (Imigração)	E (Emigração)	Trocas	I (Imigração)	E (Emigração)	Trocas
Rondônia	83.325	72.734	10.591	49.046	55.239	-6.193
Acre	13.635	16.069	-2.434	14.777	13.212	1.565
Amazonas	89.626	58.658	30.968	64.001	52.928	11.073
Roraima	47.750	14.380	33.370	38.384	13.325	25.059
Pará	182.045	234.213	-52.168	235.111	187.426	47.685
Amapá	44.582	15.113	29.469	32.525	18.281	14.244
Tocantins	95.430	82.513	12.917	82.312	112.004	-29.69
NORTE	556.393	493.680	62.713	516.156	452.415	63.741
Maranhão	100.820	274.470	-173.650	180.924	258.016	-77.092
Piauí	88.736	140.815	-52.079	119.646	113.952	5.694
Ceará	162.926	186.709	-23.783	141.680	120.574	21.106
Rio G. do Norte	77.917	71.286	6.631	73.494	37.284	36.210
Paraíba	102.005	163.485	-61.480	138.328	95.857	42.471
Pernambuco	164.872	280.289	-115.417	179.932	204.868	-24.936
Alagoas	55.967	127.949	-71.982	81.318	85.668	-4.350
Sergipe	52.109	56.921	-4.812	45.843	43.258	2.585
Bahia	250.572	517.930	-267.358	290.343	378.618	-88.275
NORDESTE	1.055.924	1.819.854	-763.930	1.251.508	1.338.095	-86.587
Minas Gerais	447.836	408.659	39.177	429.438	398.460	30.978
Espírito Santo	129.169	95.149	34.020	107.132	108.669	-1.537
Rio de Janeiro	319.749	274.223	45.526	166.036	255.653	-89.617
São Paulo	1.223.809	884.121	339.688	823.557	978.689	-155.132
SUDESTE	2.120.563	1.662.152	458.411	1.526.163	1.741.471	-215.308
Paraná	297.308	336.998	-39.690	260.478	271.182	-10.704
Santa Catarina	199.651	139.665	59.986	214.287	139.268	75.019
Rio G. do Sul	113.395	152.891	-39.496	116.643	146.372	-29.729
SUL	610.354	629.554	-19.200	591.408	556.822	34.586
Mato G. do Sul	97.709	108.738	-11.029	90.071	97.271	-7.200
Mato Grosso	166.297	123.726	42.571	192.691	81.011	111.680
Goiás	372.702	169.887	202.815	315.571	168.574	146.997
Distrito Federal	216.200	188.551	27.649	152.073	199.982	-47.909
C-OESTE	852.908	590.902	262.006	750.406	546.838	203.568
TOTAL	5.196.142	5.196.142	-	4.635.641	4.635.641	-

Fonte: Elaboração do Nepo/Unicamp a partir dos Dados de IBGE (2000) e IBGE (2004)..

* Não inclui os imigrantes estrangeiros nem os de UF não-especificada.

para o Nordeste estão relacionadas ao contexto atual da Região Metropolitana de São Paulo, em especial, e do Rio de Janeiro, e a reorganização da indústria no território nacional. (COUTINHO, 1998).

No período 1995-2000, apenas Rio Grande do Norte registrava saldo positivo nas trocas migratórias interestaduais, tendência que havia se ampliado para Piauí, Ceará, Paraíba e Sergipe no período 1999-2004.

Entretanto, para o período 2001-2006 e 2003-2008, somente Rio Grande do Norte e Ceará continuam apresentando trocas migratórias interestaduais positivas, com a Bahia registrando saldo positivo entre 2001-2006, mas saldo negativo para o período 2003-2008. Alguns estados não seguiram mantendo esta capacidade de inversão em suas tendências de perdas migratórias, como foram os casos da Paraíba, de Sergipe e da Bahia.

Tabela 2 – Volumes de Imigração, Emigração e Trocas Migratórias por Regiões e Unidades da Federação – Brasil, 2001/2006 e 2003/2008

Regiões e UFs	2001/2006			2003/2008		
	I (Imigração)	E (Emigração)	Trocas	I (Imigração)	E (Emigração)	Trocas
Rondônia	36.000	56.801	-20.801	40.772	47.555	-6.783
Acre	17.762	13.154	4.608	12.112	8.552	3.560
Amazonas	51.792	54.600	-2.808	48.307	40.282	8.025
Roraima	36.602	7.071	29.531	17.782	8.441	9.341
Pará	198.158	174.718	23.440	156.954	154.535	2.419
Amapá	17.823	19.769	-1.946	13.804	29.121	-15.317
Tocantins	67.730	90.055	-22.325	63.545	69.262	-5.717
NORTE	425.867	416.168	9.699	353.276	357.748	-4.472
Maranhão	154.041	220.748	-66.707	102.757	155.762	-53.005
Piauí	99.490	110.842	-11.352	59.821	63.869	-4.048
Ceará	174.343	136.014	38.329	111.564	98.968	12.596
Rio G. do Norte	85.063	54.640	30.423	54.220	41.653	12.567
Paraíba	112.330	137.991	-25.661	56.340	86.270	-29.930
Pernambuco	194.317	204.361	-10.044	123.499	133.613	-10.114
Alagoas	70.769	105.894	-35.125	30.839	66.038	-35.199
Sergipe	38.472	44.775	-6.303	50.366	36.889	13.477
Bahia	339.133	306.116	33.017	221.228	296.299	-75.071
NORDESTE	1.267.958	1.321.381	-53.423	810.634	979.361	-168.727
Minas Gerais	417.502	378.067	39.435	319.885	263.585	56.300
Espírito Santo	137.501	82.150	55.351	83.903	8.104	25.799
Rio de Janeiro	210.038	251.634	-41.596	193.793	181.624	12.169
São Paulo	765.469	972.567	-207.098	621.058	640.710	-19.652
SUDESTE	1.350.510	1.684.418	-153.908	1.218.639	1.144.023	74.616
Paraná	262.629	274.548	-11.919	213.816	202.567	11.249
Santa Catarina	217.714	127.768	89.946	153.209	83.366	69.843
Rio G. do Sul	93.457	130.950	-37.493	67.083	107.893	-40.810
SUL	573.800	533.266	40.534	434.108	393.826	40.282
Mato G. do Sul	120.126	80.308	39.818	70.358	75.524	-5.166
Mato Grosso	142.130	85.618	56.512	93.458	109.856	-16.398
Goiás	245.943	172.383	73.560	246.078	146.775	99.303
Distrito Federal	157.092	169.876	-12.784	101.190	120.628	-19.438
C. OESTE	665.291	508.185	157.106	511.084	452.783	58.301
TOTAL	4.463.418	4.463.418	-	3.327.741	3.327.741	-

Fonte: Elaboração do Nepo/Unicamp a partir dos Dados de IBGE (2006) e IBGE (2008).

* Não inclui os imigrantes estrangeiros nem os de UF não-especificada.

As dinâmicas migratórias dos estados do Nordeste são profundamente marcadas por oscilações em termos de recuperação, absorção e expulsão de suas populações, que refletem tanto os processos intrarregionais, como a instabilidade das tendências dos movimentos migratórios de retorno. De um lado, o Rio Grande do Norte e o Ceará vêm conseguindo manter trocas migratórias positivas

com as demais UFs; do outro lado, o Estado da Bahia é um dos melhores exemplos, com uma trajetória de perdas migratórias por mais de 50 anos – apesar do decréscimo em seu volume como um todo. A PNAD 2006 revelou maior contingente de imigrantes (339.133 pessoas) do que de emigrantes (306.116), com um saldo migratório positivo de 33.017 pessoas para esse estado. No entanto,

a PNAD 2008 aponta perda migratória de 75 mil pessoas para a Bahia. Nesse contexto, torna-se pertinente, mais uma vez, destacar as análises a respeito da reversibilidade das migrações, como aponta Domenach e Picouet (1990).

A compreensão das migrações no Nordeste passa, necessariamente, pela nova realidade da região Sudeste. Os movimentos migratórios, do início do século XXI, transformaram os grandes estados de atração populacional dos anos 1970 - São Paulo e Rio de Janeiro - em áreas de perdas migratórias. Nas PNADs 2006 e 2008, é possível identificar que a imigração para São Paulo diminuiu para 765.469 e 621.058 migrantes nacionais, respectivamente, entre 2001-2006 e 2003-2008 - quando, no período 1995-2000, esta ainda havia sido de 1.223.809 migrantes interestaduais.

Com isso, nas trocas migratórias, o Estado de São Paulo passou de um ganho de migrantes (339.688), no período 1995-2000, para uma perda de -207.098 pessoas entre 2001-2006. Todavia, a PNAD 2008 aponta para a diminuição do seu saldo negativo para apenas -19.652 pessoas entre 2003-2008. Deve-se ressaltar que estas perdas podem estar relacionadas muito mais às saídas de população da Região Metropolitana de São Paulo, com histórico consolidado de migrações interestaduais - em especial nordestina - do que ao cenário do interior paulista, que vem expandindo suas áreas de migração com o Nordeste mais recentemente. (BAENINGER, 2004).

O Rio de Janeiro teve seu volume de imigrantes diminuído (de 319.749 entre 1995-2000 para 210.038 entre 2001-2006, com declínio mais intenso, no período 2003-2008, para 193.793 imigrantes), embora com menor força que o decréscimo para São Paulo. A emigração do Rio de Janeiro chegou a registrar ligeiro decréscimo: de 274.223 para 251.634, diminuindo para 181.624 pessoas, nos períodos acima mencionados, registrando saldo migratório negativo de -41.596 migrantes entre 2001-2003 e positivo de 12.169 pessoas no período 2003-2008.

Para as antigas áreas de fronteiras agrícolas, as mudanças nos movimentos migratórios também foram expressivas. Na região Norte, o início dos

anos 2000 aponta a inversão dos processos migratórios em Rondônia. Ainda no período 1995-2000, o estado registrava trocas migratórias interestaduais positivas (10.591 pessoas), passando para um saldo migratório negativo entre 1999-2004 (-6.193) e indicando, no período 2001-2006, aumentos em suas perdas migratórias (-20.801 migrantes), com declínio, entretanto, para -6.783 migrantes no período 2003-2008.

A manifestação de saldo negativo no período 2001-2006 também foi evidente para Tocantins (-22.325), para o Amazonas (-2.808) e o Amapá (-1.946), com o Amapá (-15.317) e o Tocantins (-5.717), no período 2003-2008, mantendo trocas migratórias interestaduais negativas, contrariando as tendências do período 1995-2000, quando esses estados apresentaram saldos positivos. Tendências inversas ao período 1995-2000 também foram registradas pelo Estado do Acre, que passou a saldo migratório positivo entre 2001-2006 (4.608) e no período 2003-2008 (3.560). Dinâmica semelhante à do Pará, que, de perdas migratórias entre 1995-2000 (-52.168 migrantes), passou para um saldo migratório positivo de 23.440 pessoas entre 2001-2006, com arrefecimento para um saldo positivo de 2.419 migrantes no período 2003-2008. O único estado que manteve as tendências nos últimos quinze anos foi Roraima, que sustentou seu saldo migratório positivo, em torno de 30 mil migrantes, para os períodos de 1995-2000, 1999-2004 e 2001-2006, com exceção para o período 2003-2008, que apresentou saldo migratório de 9.431 pessoas.

Na região Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul, que apresentava tendência de perda de população em 1995-2000 (com saldo negativo de 11.029 migrantes), diminuiu sua emigração, passando a um saldo positivo de 39.818 migrantes entre 2001-2006. Todavia, no período 2003-2008, este estado volta a apresentar trocas migratórias negativas de -5.166 pessoas. Outra tendência inversa, no Centro-Oeste, é registrada pelo Distrito Federal que de ganhos migratórios, ainda em 1995-2000 (27.649 pessoas), passou para uma perda de população em 2001-2006 de 12.784 pessoas, com maiores volumes (-19.438) negativos no período 2003-2008. Mato Grosso segue essa tendência de inversão, pois, nos três períodos em análise (1995-2000,

1999-2004 e 2001-2006), apresentou saldo positivo em suas trocas migratórias; porém, no período recente (2003-2008), passou a ter saldo negativo de -16.398 pessoas.

Finalmente, cabe destacar que a região Sul passou a ter saldo positivo no âmbito nacional, de um período para outro (de -19.200, no período 1995-2000, para 40.534 migrantes entre 2001-2006, com manutenção do saldo de 40.282 pessoas no período 2003-2008) em função dos ganhos migratórios de Santa Catarina (59.986, 89.946 e 69.843, respectivamente), uma vez que o Rio Grande do Sul (-39.496, -37.493 e -40.810) continuou registrando saldos migratórios negativos, com aumento de suas perdas migratórias, e o Paraná (de -39.690 para -11.919 e 11.249) passa a ter trocas migratórias positivas no período 2003-2008.

4 – ÁREAS DE ROTATIVIDADE MIGRATÓRIA, ÁREAS DE RETENÇÃO MIGRATÓRIA E ÁREAS DE PERDAS MIGRATÓRIAS

Considerando-se o Índice de Eficácia Migratória¹⁰ (IEM) interestadual, nos períodos 1995-2000, 1999-2004, 2001-2006 e 2003-2008, nota-se que o país vivencia uma intensa mobilidade da população, com o aumento das áreas de rotatividade migratória, em que o índice de eficácia migratório, tanto positivo quanto negativo, é bastante próximo de zero. (Tabela 3). Ou seja, já não há mais estados de grande retenção migratória e nem de elevada perda migratória. As exceções cabem a Roraima, a Santa Catarina e a Goiás, com IEM de 0,36, 0,30 e 0,25 (área de baixa absorção migratória), respectivamente, entre 2003-2008 e, bem mais distantes os estados, com IEM em torno de 0,15: Acre, Rio Grande do Norte, Sergipe e Espírito Santo – com a importância das migrações intrarregionais.

Assim, os estados com índice de eficácia próximo ao de rotatividade migratória – mesmo com valores negativos (entre -0,12 e 0,12) – no período 2003-2008, são: Rondônia, Amazonas, Pará, Tocantins, Piauí, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato

Grosso e Distrito Federal, compreendendo 14 estados brasileiros.

Os estados com capacidade de retenção migratória - Índice de Eficácia Migratória (IEM) superior a 0,12, no período 2003-2008, são Acre, Roraima, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás, totalizando sete estados.

Já as áreas de perdas migratórias (IEM superior a -0,13) são apenas Amapá, Maranhão, Paraíba, Alagoas, Bahia e Rio Grande do Sul.

O entendimento das migrações internas atuais, a partir desse novo olhar para os processos migratórios, conduz à substituição de conceitos historicamente datados, tais como:

- a) áreas de evasão por áreas de perdas migratórias;
- b) áreas de atração ou absorção por áreas de retenção migratória;
- c) áreas de origem e destino por áreas/etapas constituintes dos processos de rotatividade migratória.

Duas dimensões estão particularmente presentes na redefinição desses processos: em primeiro lugar, a própria reversibilidade dos diferentes fluxos migratórios, em especial as oscilações nos volumes de emigração e imigração e suas novas modalidades; em segundo lugar, a menor permanência das condições da migração para a caracterização das áreas.

5 – ORIGEM E DESTINO DOS MIGRANTES DO ESTADO DO CEARÁ

O caso de Estado do Ceará é indicativo de tais alterações citadas acima. Nas principais trocas migratórias ocorridas entre 2003-2008 dentre os estados brasileiros, o Ceará apresentou-se como: área de forte perda migratória com os estados da Região Centro-Oeste, com destaque para o Mato Grosso do Sul e Goiás (IEM acima de -0,74), além do Rio Grande do Sul (IEM em torno de -1,00); área de baixa evasão migratória (IEM de -0,01 a -0,29) com Amazonas, Amapá e Minas Gerais (Tabela 4).

Por outro lado, o Ceará apresentou-se como: área de forte retenção migratória (IEM entre 0,51 a 1,00)

¹⁰ Este índice varia de 0-1; quanto mais próximo de 1 será uma área de forte retenção migratória.

Tabela 3 – Índice de Eficácia Migratória por Regiões e Unidades da Federação – Brasil, 1995/2000, 1999/2004, 2001/2006 e 2003/2008

UFs	1995/2000	1999/2004	2001/2006	2003/2008
Rondônia	0,07	-0,06	-0,22	-0,08
Acre	-0,08	0,06	0,15	0,17
Amazonas	0,21	0,09	-0,03	0,09
Roraima	0,54	0,48	0,68	0,36
Pará	-0,13	0,11	0,06	0,01
Amapá	0,49	0,28	-0,05	-0,36
Tocantins	0,07	-0,15	-0,14	-0,04
NORTE	0,06	0,07	0,01	-0,01
Maranhão	-0,46	-0,18	-0,18	-0,21
Piauí	-0,23	0,02	-0,05	-0,03
Ceará	-0,07	0,08	0,12	0,06
Rio Grande do Norte	0,04	0,33	0,22	0,13
Paraíba	-0,23	0,18	-0,10	-0,21
Pernambuco	-0,26	-0,06	-0,03	-0,04
Alagoas	-0,39	-0,03	-0,20	-0,36
Sergipe	-0,04	0,03	-0,08	0,15
Bahia	-0,35	-0,13	0,05	-0,15
NORDESTE	-0,27	-0,03	-0,02	-0,09
Minas Gerais	0,05	0,04	0,05	0,10
Espírito Santo	0,15	-0,01	0,25	0,18
Rio de Janeiro	0,08	-0,21	-0,09	0,03
São Paulo	0,16	-0,09	-0,12	-0,02
SUDESTE	0,12	-0,07	-0,05	0,03
Paraná	-0,06	-0,02	-0,02	0,03
Santa Catarina	0,18	0,21	0,26	0,30
Rio Grande do Sul	-0,15	-0,11	-0,17	-0,23
SUL	-0,02	0,03	0,04	0,05
Mato Grosso do Sul	-0,05	-0,04	0,20	-0,04
Mato Grosso	0,15	0,41	0,25	-0,08
Goiás	0,37	0,30	0,18	0,25
Distrito Federal	0,07	-0,14	-0,04	-0,09
CENTRO-OESTE	0,18	0,16	0,13	0,06
TOTAL	5.196.142	4.635.641	4.463.418	3.327.741

Fonte: Elaboração do Nepo/Unicamp a partir dos Dados de IBGE (2000); IBGE (2004); IBGE (2006) e IBGE (2008).

(*) Não inclui os imigrantes estrangeiros nem os de UF não-especificada.

nas trocas migratórias com os estados de Tocantins e Espírito Santo; área de média absorção migratória (IEM de 0,30 a 0,50) com Rondônia, Pará, Paraíba, Sergipe e Bahia; área de baixa absorção migratória (IEM de 0,10 a 0,29) com o Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e Paraná; e área de rotatividade migratória (IEM entre 0,00 a 0,09) com Acre, Roraima, Maranhão, Piauí e, de maneira surpreendente, com o Estado de São Paulo. Ou seja, dos 26 estados

com quem o Ceará realizou trocas migratórias interestaduais, apenas com oito Unidades da Federação o saldo foi negativo, com trocas positivas com os demais estados, inclusive São Paulo e, notadamente, o Rio de Janeiro e o Pará.

Em nível regional, o Ceará teve trocas negativas somente com a região Centro-Oeste. Será esta região uma nova rota das emigrações cearenses, ao invés do

Tabela 4 – Imigração e Emigração com o Estado do Ceará – 2003/2008

UFs	I	E	(I-E)	Índice de Eficácia
	(Imigração)	(Emigração)	Trocas	(I-E)/(I+E)
Rondônia	1.356	498	858	0,46
Acre	0,00	0,00	0,00	0,00
Amazonas	2.034	2.145	-111	-0,03
Roraima	530	519	11	0,01
Pará	14.306	5.119	9.187	0,47
Amapá	452	732	-280	-0,24
Tocantins	530	0,00	530	1,00
NORTE	19.208	9.013	10.195	0,36
Maranhão	4.766	4.393	373	0,04
Piauí	4.314	3.842	472	0,06
Rio G. do Norte	4.227	3.302	925	0,12
Paraíba	3.019	997	2.022	0,50
Pernambuco	5.512	4.489	1.023	0,10
Alagoas	983	560	423	0,27
Sergipe	756	330	426	0,39
Bahia	3.627	1.828	1.799	0,33
NORDESTE	27.204	19.741	7.463	0,16
Minas Gerais	4.697	4.966	-269	-0,03
Espírito Santo	530	0,00	530	1,00
Rio de Janeiro	12.491	8.467	4.024	0,19
São Paulo	37.609	37.456	153	0,00
SUDESTE	55.327	50.889	4.438	0,04
Paraná	4.835	3.196	1.639	0,20
Santa Catarina	1.591	0,00	1.591	1,00
Rio G. do Sul	0,00	826	-826	-1,00
SUL	6.426	4.022	2.404	0,23
Mato G. do Sul	0,00	622	-622	-1,00
Mato Grosso	678	1.932	-1.254	-0,48
Goiás	904	6.001	-5.097	-0,74
Distrito Federal	1.817	6.748	-4.931	-0,58
CENTRO-OESTE	3.399	15.303	-11.904	-0,64
CEARÁ	111.564	98.968	12.596	0,06

Fonte: Tabulação das Autoras a partir dos Dados de IBGE (2008).

(*) Não inclui os imigrantes estrangeiros nem os de UF não-especificada.

Sudeste? Como se poderia visualizar essa configuração migratória para o Ceará dez ou vinte anos atrás? O Estado do Ceará continuará mantendo essa tendência de trocas positivas com a maioria dos estados, especialmente São Paulo e o Rio de Janeiro?

A passagem de uma “condição migratória” de perda para absorção ou rotatividade migratória para qualquer área é bastante tênue e, por isso, a dificuldade, cada vez maior, de explicações do fenômeno migratório. No caso específico do Ceará, além desta recente tendência

de trocas migratórias positivas, destaca-se o peso das migrações de retorno para o total de imigrantes no estado.

Diante dessa realidade, caso a inversão no saldo migratório do Ceará se mantenha, sem dúvida, isto deverá provocar algum redirecionamento nas políticas públicas e sociais do estado, ou na sua estratégia de desenvolvimento, que terá que se estruturar para dar condições de trabalho, moradia, educação, saúde e infraestrutura para os novos (migrantes não-naturais) e

antigos moradores que estão retornando para o Ceará. Nesse sentido, a próxima seção aborda a participação do Ceará na migração de retorno no país.

6 – MIGRAÇÃO DE RETORNO: TENDÊNCIAS RECENTES DAS MIGRAÇÕES CEARENSES

De acordo com Pacheco e Patarra (1997), é a partir da década de 1980 que se iniciam as mais diferenciadas e/ou diversificadas mudanças na dinâmica populacional brasileira, pelo aparecimento de novos movimentos migratórios. Ou, como afirma Baeninger (1998), que já, em meados da década de setenta, começam a se verificar no Brasil e, especificamente no Estado de São Paulo, dois movimentos interligados, desconcentração econômica e populacional, que implicarão, a partir da década de 1980 em diante, em mudanças na direção e sentido dos fluxos migratórios.

Nesse sentido, o Ceará, ao longo das décadas de 1980 e 1990, conseguiu diminuir as saídas de seus migrantes, e ao mesmo tempo, aumentou a incidência de fluxos populacionais em direção ao estado. Segundo o Censo Demográfico de 1991 e de 2000, entre os dois períodos, 1986/1991 e 1995/2000, o saldo migratório do Ceará passou de -123.512 migrantes para -23.783 pessoas, respectivamente, permanecendo, todavia, ainda negativo.

As recentes PNADs já apontam fortes indícios para essa reversão no Ceará, ao apresentar saldo migratório positivo entre entrada e saída de migrantes em 31.705 indivíduos entre 2001-2005, e 38.329 pessoas entre 2001-2006, e 12.596 migrantes no período 2003/2008. Fato este inédito, dado que o Ceará tradicionalmente se configurou como grande “exportador” de mão de obra para as regiões mais prósperas do país ou para locais de expansão agrícola como forma de superar as desigualdades sociais e as dificuldades econômicas ocasionadas pelo elevado nível de desemprego nas áreas urbanas do estado e pela seca que afetava em especial os municípios do interior. (BAENINGER, 2008; QUEIROZ, 2003).

Pesquisas recentes também apontam para os fluxos contínuos e crescentes das migrações de retorno que

se dirigem para o Ceará. O estudo de Brito e Carvalho (2006), a partir da PNAD de 2004, aponta maiores incidências de retorno para Minas Gerais e estados do Nordeste, sendo que o Ceará e o Piauí se destacam, dado que 60% dos migrantes que se deslocaram para esses estados entre 1999/2004 são de retorno. Números recentes da PNAD 2006 revelam que 87,8 mil, ou 50,4% do total de imigrantes que se dirigiram para o Ceará entre 2001 e 2006 eram pessoas que estavam retornando.

Diante dessas evidências – trocas migratórias positivas, em função da diminuição da emigração, *vis-à-vis* ao crescimento do número de imigrantes no estado, com destaque para a presença dos retornados –, a próxima seção pretende analisar, no período recente (IBGE, 2008), a participação do Ceará no volume de retornados em nível nacional e regional.

6.1 – O Ceará no Contexto Nacional e Regional de Migração de Retorno¹¹

No período 2003-2008, os deslocamentos migratórios no país envolveram um volume de 3.327.741 pessoas, das quais 68,56% (2.281.653) são migrantes não-naturais e 31,44% (1.046.088) são retornados. Do volume total de migrantes (3.327.741), o Sudeste concentrou 36,62% da imigração (1.218.639), o Nordeste 24,36% (810.634), seguido pelo Centro-Oeste (15,36%), Sul (13,05%) e Norte (10,62%).

No caso do Nordeste, o elevado volume de imigrantes que se dirigiu para essa região chega a superar o volume do Centro-Oeste, que, até o início dos anos 1990, recebia mais imigrantes do que o Nordeste.¹² Esse resultado, sem dúvida, justifica-se pelo aumento do número de retornados para os estados do Nordeste. Entre 2003-2008, o estoque de migrantes retornados atinge 1.046.088 de pessoas, com o Nordeste recebendo 41,15% (430.486) desse fluxo e o Sudeste 30,51% (319.143). As demais regiões envolveram

¹¹ Considera-se migrante de retorno o indivíduo que residia em outra Unidade da Federação (UF) e, entre o quinquênio (2003-2008) anterior à data do levantamento da PNAD 2008, retornou para o Ceará (UF de nascimento) e lá permanecia na data da pesquisa. O migrante não-natural do Ceará é aquele que não nasceu nessa UF (Ceará) e, na data da entrevista da PNAD 2008, residia no Estado do Ceará há menos de 5 anos.
¹² Maiores detalhes, veja Baeninger (1999).

Tabela 5 – Participação dos Imigrantes de Retorno e Não-natural no Total do País e Proporção dos Imigrantes de Retorno e Não-Natural no Total de Imigrantes por Regiões e Unidades da Federação – Brasil – 2003/2008

Regiões e UFs	Imigrante de Retorno	% de imigrante de retorno em relação ao total do Brasil	Imigrante não-natural	% de imigrante não-natural em relação ao total do Brasil	Total de Imigrante	Proporção de retornado em relação ao total de imigrante	Proporção de não-natural em relação ao total de imigrante
Maranhão	59.722	5,71	43.035	1,89	102.757	58,12	41,88
Piauí	33.481	3,2	26.340	1,15	59.821	55,97	44,03
Ceará	60.782	5,81	50.782	2,23	111.564	54,48	45,52
Rio G. do Norte	20.279	1,94	33.941	1,49	54.220	37,40	62,60
Paraíba	33.906	3,24	22.434	0,98	56.340	60,18	39,82
Pernambuco	62.584	5,98	60.915	2,67	123.499	50,68	49,32
Alagoas	17.942	1,72	12.897	0,57	30.839	58,18	41,82
Sergipe	22.057	2,11	28.309	1,24	50.366	43,79	56,21
Bahia	119.733	11,45	101.495	,45	221.228	54,12	45,88
Nordeste	430.486	41,15	380.148	16,66	810.634	53,10	46,90
Norte	83.165	7,95	270.111	11,84	353.276	23,54	76,46
Sudeste	319.143	30,51	899.496	39,42	1.218.639	26,19	73,81
Sul	136.284	13,03	297.824	13,05	434.108	31,39	68,61
Centro-Oeste	77.010	7,36	434.074	19,02	511.084	15,07	84,93
BRASIL	1.046.088	100,00	2.281.653	100,00	3.327.741	31,44	68,56

Fonte: Tabulação das Autoras a partir dos Dados de IBGE (2008).

(*) Não inclui os imigrantes estrangeiros nem os de UF não-especificada.

pouco mais de um quarto (28,34%) do volume total de retornados, com 13,03% retornando para o Sul, 7,95% para o Norte e 7,36% para o Centro-Oeste.

Por sua vez, a análise por grupo de migrante não-natural apresenta outra dinâmica – a região Sudeste e o Centro-Oeste ainda se destacam, respectivamente, como o primeiro e o segundo local de destino dos migrantes. Entre 2003-2008, o volume de imigrante não-natural envolveu 2.281.653 pessoas, com 899.496 (39,42%) imigrantes dirigindo-se para o Sudeste; a Região Centro-Oeste vem em segundo lugar, ao receber um volume de 434.074 (19,02%) pessoas, superando o Nordeste, que detém 16,66% (380.148) desse fluxo, o Sul 13,05% (297.284) e o Norte 11,84% (270.111).

Na análise migratória interestadual, fica evidente o peso da migração de retorno para os estados do Nordeste. A Bahia destaca-se ao receber 11,45% (101.495) do total de retornados do país, seguido por Pernambuco (5,98%), Ceará (5,81%) e Maranhão (5,71%).

Por grupos de migrantes, no Nordeste, apenas Rio Grande do Norte (62,60% de não-naturais contra

37,40% de retornados) e Sergipe (56,21% de não-naturais contra 43,79% de retornados) receberam mais migrantes não-naturais do que retornados, com os demais estados do Nordeste recebendo maior proporção de retornados, *vis-à-vis* ao número de migrante não-natural.

6.2 – Evolução Recente da Migração de Retorno para o Ceará

Diante das acentuadas mudanças nas tendências e características dos movimentos migratórios brasileiros a partir dos anos 1980 e da crescente importância da migração de retorno, fluxo observado já nos anos 1970, conforme aponta Baeninger (2000), o debate sobre essa nova dinâmica migratória nos últimos tempos tem ganho espaço na produção acadêmica e destaque nos foros de discussão e nos meios de comunicação em geral.

Buscando compreender os recentes deslocamentos populacionais com destinos para o Ceará, observa-se que, de um volume total de 111.564 imigrantes que se dirigiram para essa UF entre 2003-2008, cerca de 61 mil (54,48%) são retornados e aproximadamente 51

mil (45,52%) são não-naturais, tornando-se, o Ceará, “ganhador” e/ou recebedor de sua população natural.

A análise regional indica que, no período 2003-2008, vieram da Região Sudeste cerca de 50% do total de imigrantes para o Ceará (55.327), com um quarto (24,38%) vindo da própria região Nordeste e 26,03% das demais regiões, dos quais 17,22% dos migrantes têm como local de origem o Norte, 5,76% o Sul e apenas 3,05% o Centro-Oeste.

A explicação para esses resultados justifica-se em função de tendências passadas – a expansão das fronteiras agrícolas da Região Norte (década de 70) e do Centro-Oeste (década de 80) pode não ter atraído considerável volume de emigrantes cearenses, visto que, em “massa”, estes migraram para o Sudeste e, agora, retornam dessa região para o Ceará. Nesse sentido, observa-se que a natureza da migração de retorno para o Ceará é de longa distância – migração inter-regional.

Tabela 6 – Imigrante de Retorno e Não-natural, data Fixa, segundo Regiões e Unidades da Federação de Residência Anterior, Ceará, 2003/2008

Regiões e UFs de residência anterior	2003/2008					
	Imigrante de retorno	%	Imigrante não-natural	%	Total de Imigrante	%
Rondônia	452	0,74	904	1,78	1.356	1,22
Acre	-	-	-	0,00	-	0,00
Amazonas	904	1,49	1.130	2,23	2.034	1,82
Roraima	530	0,87	-	0,00	530	0,48
Pará	7.949	13,08	6.357	12,52	14.306	12,82
Amapá	-	-	452	0,89	452	0,41
Tocantins	530	0,87	-	0,00	530	0,48
NORTE	10.365	17,05	8.843	17,41	19.208	17,22
Maranhão	2.044	3,36	2.722	5,36	4.766	4,27
Piauí	2.044	3,36	2.270	4,47	4.314	3,87
Rio G. do Norte	1.131	1,86	3.096	6,10	4.227	3,79
Paraíba	1.435	2,36	1.584	3,12	3.019	2,71
Pernambuco	1.434	2,36	4.078	8,03	5.512	4,94
Alagoas	531	0,87	452	0,89	983	0,88
Sergipe	-	-	756	1,49	756	0,68
Bahia	2.045	3,36	1.582	3,12	3.627	3,25
NORDESTE	10.664	17,54	16.540	32,57	27.204	24,38
Minas Gerais	4.471	7,36	226	0,45	4.697	4,21
Espírito Santo	530	0,87	-	0,00	530	0,48
Rio de Janeiro	9.012	14,83	3.479	6,85	12.491	11,20
São Paulo	22.410	36,87	15.199	29,93	37.609	33,71
SUDESTE	36.423	59,92	18.904	37,23	55.327	49,59
Paraná	530	0,87	4.305	8,48	4.835	4,33
Santa Catarina	1.591	2,62	-	0,00	1.591	1,43
Rio G. do Sul	-	-	-	0,00	-	0,00
SUL	2.121	3,49	4.305	8,48	6.426	5,76
Mato G. do Sul	-	-	-	0,00	-	0,00
Mato Grosso	452	0,74	226	0,45	678	0,61
Goiás	226	0,37	678	1,34	904	0,81
Distrito Federal	531	0,87	1.286	2,53	1.817	1,63
CENTRO-OESTE	1.209	1,99	2.190	4,31	3.399	3,05
TOTAL*	60.782	100,00	50.782	100,00	111.564	100,00

Fonte: Tabulação das Autoras a partir dos Dados de IBGE (2008).

(*) Não inclui os imigrantes estrangeiros nem os de UF não-especificada.

Ao separar os migrantes por grupos de retornados e não-naturais, constatam-se importantes diferenças em relação à região de origem desses grupos de imigrantes. No caso dos retornados para o Ceará, cerca de 60% têm como local de residência anterior a Região Sudeste. Do Nordeste, vieram 17,54% dos migrantes de retorno, seguido de perto pela região Norte (17,05%). O Sul contribui com 3,41% das reemigrações e a região Centro-Oeste tem participação de apenas 1,99% dos retornados.

Por sua vez, quando se analisam os movimentos migratórios a partir do grupo de imigrantes não-naturais, a proporção destes encontra-se mais bem distribuídas entre as regiões. Do contingente de 51 mil imigrantes não-naturais que se deslocaram para o Ceará entre 2003-2008, 37% vieram do Sudeste e 33% da própria região Nordeste. No caso do Sudeste, acredita-se que, em sua maioria, estes não-naturais acompanham o elevado número de retornados que vieram dessa região. Com relação ao Nordeste, parte deste contingente deve ter sido atraído para o Ceará em função de esse estado ser a terceira maior economia da Região Nordeste, além de ter apresentado, durante a década de 1990, desempenho favorável na taxa de crescimento do seu Produto Interno Bruto (PIB), ficando acima da média nacional e regional, criando oportunidade de emprego e tornando-se local de destino para migrantes da própria região, que parece preferir realizar migração a curta-distância a migrar para o Sudeste, que, na década de 1990, já não oferecia tanta oportunidade de trabalho como nos anos 1970 e 1980. (QUEIROZ, 2003).

No caso das regiões Norte, Centro-Oeste e Sul do país, mais uma vez, fica evidente o baixo volume de migrantes, seja de retorno ou não-natural, vindos dessas regiões para o Ceará. Do Norte, vieram 17,41%, do Sul 8,48% e do Centro-Oeste apenas 4,31% dos migrantes não-naturais. Isso aponta o baixo poder de atração que o Ceará desperta nos moradores dessas regiões, ou indica que, devido à baixa proporção de retornados, poucos não-naturais os acompanham.

Com relação os fluxos migratórios interestaduais, ou melhor, a participação de cada estado na formação destes valores no Ceará, a Tabela 6 aponta que é do Estado de São Paulo de onde vêm os maiores volumes

de migrantes (33,71%), assim como para o conjunto de reemigrantes (36,87%) e de não-naturais (29,93%). Também merece destaque a presença de migrantes (retorno e não-natural) que procederam do Pará (12,82%) e do Rio de Janeiro (11,20%). Pernambuco aparece em quarto lugar, com 4,94% do total de imigrantes que entraram no Ceará; a seguir vem o Paraná com 4,33% e o Maranhão aparece em sexto, com 4,27%.

No tocante ao Estado de São Paulo, esse resultado já era esperado, tendo em vista que, desde a década de 1940, este estado tem-se caracterizado como o grande recebedor da maioria dos fluxos migratórios internos do Brasil e, com as alterações na geografia econômica do país, a partir do fim dos anos 1970, os novos rumos da área metropolitana de São Paulo sintetizam com clareza essa questão. A metrópole perde importância em termos industriais e, paralelamente deixa de ser área de retenção migratória, tornando-se uma área de rotatividade migratória.

As significativas mudanças na mobilidade populacional cearense a partir dos anos 1980, por um lado, parecem estar relacionadas com a melhoria na dinâmica econômica do Ceará entre 1980/2000 e com a redução do crescimento econômico da grande São Paulo, que teve como principal consequência o baixo crescimento dos níveis do emprego formal na indústria de transformação e pode tanto ter incentivado uma menor migração em direção à região Sudeste, especialmente para o Estado de São Paulo, como favorecido a migração de retorno para o Ceará. (QUEIROZ; TARGINO, 2007).

Com relação ao Estado do Rio de Janeiro – segunda maior porta de entrada para os migrantes nordestinos e cearenses –, observa-se que desse estado veio o terceiro maior estoque (11,20%) de migrantes (de retorno e não-naturais) e o segundo maior volume de retornados (14,83%). Além do aumento do desemprego no Estado do Rio de Janeiro, enfrentado desde os anos 1990, esse resultado, em parte, reflete os problemas relacionados com a falta de segurança e violência urbana, estimulando, possivelmente, a reemigração.

No caso de Pernambuco, o volume de migrante que se destinou para o Ceará, tendo como procedência

esse estado, pode ser explicado pelo fato de que, até o início dos anos 1980, Recife e Salvador destacavam-se como os “principais” polos regionais do Nordeste, atraindo migrantes cearenses. Apesar de Fortaleza ser uma metrópole regional (terceira metrópole do Nordeste), esta cresceu e se desenvolveu no período pós-1980, em especial na década de 1990, ou seja, quando a economia brasileira e a metrópole pernambucana “perdiam fôlego”, a economia cearense crescia, superando a média regional e nacional. (QUEIROZ, 2003).

Os estados das regiões Sul, Norte e Centro-Oeste, em sua maioria, contribuíram com menos de 2,0% no total de migrantes (retorno e não-natural) para o Ceará. No caso dos três estados do Sul, somente o Paraná teve participação acima de 2,0%, puxado pelo expressivo número (8,48%) de não-naturais que migraram para o Ceará. Nos estados da Região Norte, a maior contribuição ficou por conta do Pará (12,82%) e as menores com o Acre (0,00%) e o Amapá (0,41%); no Centro-Oeste, Brasília participou com 1,63%; os estados de Goiás (0,81%) e Mato Grosso (0,61%) contribuíram com menos de 1%.

Uma das justificativas para a região Norte, notadamente os Estados do Acre, Amapá, Tocantins e Roraima, contribuir com menos de 1% nas entradas de migrantes (de retorno e não-natural) no Estado do Ceará, provavelmente, está relacionada com vários fatores em que se destacam: i) o término da construção da Rodovia Transamazônica e da usina hidroelétrica de Tucuruí, no fim dos anos 70; ii) o aumento da vigilância e/ou controle do meio ambiente (atividade pesqueira, madeireira, garimpo etc.); iii) o fim do “apoio” e/ou dos incentivos do governo federal à ocupação dessa região; iv) o esgotamento de sua fronteira agrícola. Nesse cenário, esse conjunto de determinantes, sem dúvida, deve ter diminuído a atração de cearenses para a região Norte e, por outro, pode ter estimulado o retorno, especialmente do Estado do Pará.

O que se observa é a predominância de dois “blocos” na participação dos estados brasileiros nas entradas de migrantes (de retorno e não-naturais) para o Ceará. Visivelmente, constata-se, de um lado, a forte participação dos estados da região Sudeste, exclusive

o Espírito Santo, e o peso dos estados da região Nordeste e, de outro lado, a fraca contribuição dos estados do Sul, Norte (exceto o Pará) e Centro-Oeste.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complementaridade em termos de transferências de população do Nordeste para o Sudeste, que parecia ter diminuído nos anos 1980, volta a ser retomada nos 1990, porém se redesenha no início dos 2000. O Nordeste registrava um total de 1,3 milhão de emigrantes para outras regiões em 1986-1991, elevando-se para 1,8 milhão em 1995-2000, no entanto, a partir dos anos 2000, diminui para o patamar de 1,3 mil emigrantes no período 2001-2006 e para 980 mil emigrantes entre 2003-2008.

As migrações no início dos 2000 redefinem seus polos, configurando-se muito mais áreas de retenção da migração do que uma tendência polarizadora de longa permanência. É nesse sentido que se observa, nas migrações cearenses, que o corredor da migração, historicamente conformado pelos fluxos Ceará-Sudeste, agora é feito pelos seus refluxos Sudeste-Ceará.

Essas modificações são resultados de inúmeras transformações ocorridas no cenário econômico internacional e nacional, que trouxeram consigo vários efeitos em termos políticos e econômicos. Tais mudanças exercem efeitos decisivos sobre a decisão de migrar e, num contexto mais atual, sobre a decisão de permanecer ou não na região/estado para a/o qual migrou em tempos passados. Desta forma, a partir dos anos 2000, o Ceará vem apresentando modificações estruturais significativas em seus saldos migratórios, que passaram de negativo para positivo.

Nas trocas migratórias entre o Ceará e os estados do Sudeste, a UF nordestina registrou saldos positivos com São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, indicando, possivelmente, para a tendência da diminuição dos movimentos de idas-e-vindas entre o Ceará e o Sudeste. O Estado de São Paulo, sozinho, teve uma contribuição superior (33,71%) às participações das regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, que, juntas, somaram apenas 26,03% do total de imigrantes no Ceará.

Com os estados do Nordeste, outra novidade apontada pela PNAD 2008 refere-se ao saldo positivo do Ceará com todos os estados nordestinos, evidenciando, provavelmente, para a recente tendência de aumento dos movimentos migratórios de curta-distância entre as UFs nordestinas e o Ceará.

Os recentes saldos migratórios positivos do Ceará devem-se, por um lado, principalmente, ao refluxo de cearenses para o seu estado, tendo como principal local de origem os estados do Sudeste e, por outro lado, ao contingente expressivo de migrantes não-naturais que vieram de UFs nordestinas – apontando o incipiente processo de reversão emigratória da área. No período 2003-2008, cerca de 55% dos imigrantes para o Estado do Ceará são de retorno. Nesse sentido, as migrações de retorno apontam para o principal mecanismo de reversão dos saldos migratórios cearenses, marcando uma nova fase do processo de redistribuição espacial de sua população.

Caso alguns resultados aqui obtidos se mantenham no próximo Censo Demográfico, como por exemplo, a inversão no saldo migratório do Ceará e o aumento do volume de retornados, sem dúvida, isso deverá provocar algum redirecionamento nas políticas públicas e sociais do Estado do Ceará, ou na sua estratégia de desenvolvimento, que terá que se estruturar para dar condições de trabalho, habitação, saúde, educação e serviços para os novos (migrantes não-naturais) e antigos moradores que estão retornando para o Ceará.

Por fim, as análises aqui apresentadas buscaram introduzir novas perspectivas às reflexões sobre as migrações no Brasil e no Ceará a partir das informações advindas da PNAD 2008. A complexidade do fenômeno requer que se considere muito mais que os fluxos de imigração, emigração e suas trocas migratórias. É preciso que sejam incorporadas dimensões – dentre outras, a reversibilidade da migração e sua temporalidade – capazes de captar os novos espaços da migração, quer sejam como áreas de retenção de população, de perda migratória ou ainda, e talvez a maior novidade do século XXI, de rotatividade migratória para a maioria dos estados brasileiros.

ABSTRACT

The changes in the national migratory process, shown from the period 1981-1991, are closely related to relative decentralization of industrial activity in the late 1970s, suggesting a gap between the displacement of economic activities and of population. From the information collected from Census and National Sample Survey (PNAD), the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), this article examines the recent process of return migration to Ceará, that, from expulsion of population area, it has become an area of migration turnover. It seeks to present empirical evidences through the analysis of interstate migration, areas of migration turnover, migratory retention areas and areas of migratory losses. Emphasis is given to the cearense migrations within national and regional context of total volume of return.

KEY WORDS

Internal Migration. Cearense Migration. Return.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. A interiorização das migrações em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2004.

_____. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 11., 1998, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 1998.

_____. Novos espaços da migração no Brasil: anos 80 e 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000.

_____. **Região, metrópole e interior:** espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes. Brasil, 1980-1996. 1999. 185 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade

Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

_____. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XVI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 16., 2008, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008.

BRITO, F.; CARVALHO, J. A. M. As migrações internas no Brasil e as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, v. 22, p. 441-455, 2006.

BRITO, F. **População, espaço e economia: uma perspectiva histórica**. 1997. 229 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

CANO, W. **Migrações, desenvolvimento e crise no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1996. Mimeografado.

_____. **Novas determinações sobre a questão regional e urbana após 1980**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2011. (Texto para Discussão, n. 193).

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: T.A. Queiróz, 1977.

COUTINHO, L. Cenários exploratórios do Brasil 2020: comentário. **Revista ANPEC**, Brasília, DF, n. 4, p. 43-46, 1998.

DINIZ, C. C. Dinâmica regional recente e suas perspectivas. In: AFFONSO, R.; SILVA, P. L. B. **A federação em perspectiva: ensaios selecionados**. São Paulo: Fundap, 1995. p. 417-429.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. **Revista Latinoamericana de Demografía**, Santiago do Chile, ano 18, n. 49, abr. 1990.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos**

Cebrap, São Paulo, v. 29, p. 98-119, mar. 1991.

IBGE. **Censo demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD 2004**. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD 2006**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD 2008**. Rio de Janeiro, 2008.

MARTINE, G.; CARVALHO, J. A. M, de. Cenários demográficos para o século XXI e algumas implicações sociais. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 2, p. 61-91, dez. 1989.

MARTINE, G. **Migrações internas no Brasil: tendências e perspectivas**. [S.l.: s.n.], 1987. 18 p. Mimeografado.

_____. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Texto para Discussão, n. 329).

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões?. In: _____. **Migração, condição de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas: Unicamp, 1997. p. 24-52.

QUEIROZ, S. N. **Migração para o Ceará nos anos 90**. 2003. 139 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003.

QUEIROZ, S. N.; TARGINO, I. Ceará: migração de retorno e de não-naturais durante a década de 1990. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 5., 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: ABEP, 2007.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: _____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.